

Soberania e segurança no contexto chinês atual

Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite (UEPB)
alexandre.leite@ccbsa.uepb.edu.br

Resumo: O presente estudo visa reconstruir e analisar como os conceitos de segurança e soberania foram construídos historicamente na realidade chinesa e como os mesmos estão ligados com o projeto nacional de desenvolvimento econômico e social da China pós-1978, com a entrada de Deng Xiaoping no poder e o começo das políticas de reforma e abertura chinesas. Procura-se salientar em que medida as reflexões sobre os conceitos de segurança e soberania no contexto chinês levam o país a alterar o seu entendimento sobre as relações internacionais e seu papel no mundo – como uma ‘potência responsável’ – e a adotar uma postura mais cuidadosa com a sua imagem de potência em ascensão no Sistema Internacional. Assim, utiliza-se de métodos qualitativos e quantitativos para elaborar este trabalho.

Palavras-chave: Segurança; Soberania; China; Desenvolvimento Nacional.

Abstract: This study aims to reconstruct and analyze how the concepts of sovereignty and security were historically constructed in the Chinese reality and how they are connected with the project of national economic and social development of China's post-1978, with Deng Xiaoping's arrival in power and the beginning of the reform and opening-up policies. It is intended to stress to what extent the reflections on the concepts of security and sovereignty in the Chinese context led the country to change its understanding of the international relations and of its role in the world – as a ‘responsible big country’ – and to adopt a more careful posture with their image of a rising power in the International System. To do so, it is used for qualitative and quantitative methods to prepare this work.
Keywords: Security; Sovereignty; China; National Development.

Introdução

A discussão sobre segurança sempre teve um papel de destaque não somente no campo das Relações Internacionais, mas também nas Ciências Sociais, sendo um componente de grande importância para o desenvolvimento nacional e para o posicionamento de um Estado perante o sistema internacional. Não obstante, também é importante notar que uma grande gama das decisões relacionadas à segurança de um Estado tem íntima relação com a manutenção de sua soberania ou com o esforço de obtê-la.

A primeira parte do presente estudo, apresentado no 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, em 2011, faz uma breve análise histórica da relação da China com o Sistema Internacional e como este relacionamento influenciou no seu entendimento do papel da China no mundo e de suas relações com outras nações. Procura-se aqui introduzir o projeto de desenvolvimento nacional chinês, construído a partir das reformas pós-1978, e demonstrar que o mesmo está ligado com a condução da política exterior chinesa, que lança mão de novas concepções sobre segurança e soberania para garantir a manutenção de seu desenvolvimento.

Já a segunda parte deste estudo pretende examinar como o conceito de segurança tem sido construído no contexto chinês. Foca-se aqui os estudos que ultrapassam a visão tradicional de segurança, indo além do entendimento político/militar da mesma. Nesse sentido, pretende-se transcender a relação tradicional que os estudos de segurança têm com os temas de guerra e força. Tendo como base este arcabouço teórico, nesta mesma seção procura-se examinar o desenvolvimento do conceito de segurança na China.

A terceira parte deste trabalho apresenta as considerações sobre o conceito de soberania no contexto chinês e como este tem sido moldado de acordo com o desenvolvimento político, econômico e cultural do país. Faz-se, assim, uma revisão da literatura sobre a evolução do conceito de soberania e sobre o entendimento deste conceito para a China.

A quarta parte deste texto aborda a inserção da China no Sistema Internacional atualmente. Neste contexto, a questão que se faz mais relevante é a possibilidade de ascensão pacífica da China, tendo em vista seu novo entendimento sobre soberania e segurança. A última seção apresenta as considerações finais deste trabalho.

A metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa descritiva-explanatória que busca identificar as mudanças e inflexões do entendimento chinês de segurança e soberania e como estes conceitos estão ligados com o desejo nacional de desenvolvimento econômico e social através de estudo bibliográfico crítico, análise de documentos oficiais e exame de dados estatísticos.

1. A China e o Sistema Internacional e o Projeto de Desenvolvimento Chinês

Este trabalho trás à tona a seguinte questão: por que é fundamental para o desenvolvimento e para a inserção internacional chinesa compreender o sentido de soberania e segurança em seu contexto específico? E ainda, considerando o projeto nacional de desenvolvimento, sua inserção internacional e ascensão dentro do atual cenário internacional podem ser pacíficas?

Entende-se aqui que o projeto de desenvolvimento nacional atual da China difere-se grandemente da condução política anterior à entrada de Deng Xiaoping, em 1978, no governo chinês. Contudo, este projeto é fortemente influenciado pela evolução histórica do país. A China possui especificidades internas, um modelo político diferenciado do Ocidente, além de ter potencialidades e fraquezas que não são encontradas em nenhum outro lugar no mundo. Procura-se demonstrar aqui que sua proposta de política interna, o desenvolvimento nacional, mistura-se com suas decisões e planejamento de políticas externas e seu modelo de inserção

internacional. Dessa forma, esta seção tenta, brevemente, introduzir o projeto de desenvolvimento nacional chinês pós-1978 e correlacioná-lo à sua política externa através de uma análise histórica do relacionamento da China com o Sistema Internacional.

As relações da China com o exterior influenciam imensamente sua política interna. Não somente suas relações com as nações asiáticas mais próximas, mas também com outros países mais distantes. Isto pode ser visto mais claramente pelo relevante papel da lembrança das invasões externas em território chinês na busca pelo ambiente internacional mais pacífico. De acordo com Jisi (2011), os líderes chineses sempre levaram em consideração o ambiente externo, pois “[f]rom ancient times, the ruling regime of the day has often been brought down by a combination of internal uprising and external invasion” (JISI, 2011: 69). Assim, pode-se entender que o ambiente internacional sempre foi um fator relevante nos cálculos chineses tanto para a condução de sua política interna, na manutenção do poder, quanto nas decisões de política externa.

Sabe-se que a proposta da China, em sua trajetória em direção ao desenvolvimento, é que este aconteça via adoção de um novo sistema que se apóia na concepção de que a economia de mercado é um fato. Portanto, para que seu processo de desenvolvimento seja eficiente, a inserção internacional é um passo importante para o sucesso desse projeto de desenvolvimento. De acordo com Wang Jisi (2011), o processo de integração da China com o Sistema Internacional tem sido coerente com projeto de desenvolvimento interno chinês. Dessa forma, para o autor, “over the last three decades or so, its foreign and defense policies have been remarkably consistent and reasonably well coordinated with the country’s domestic priorities” (JISI, 2011: 68).

Segundo Jisi (2011), quando chegam os anos 80 e Deng Xiaoping assume o poder, a China embarca em uma reforma estrutural e um processo político de abertura, tendo como meta prioritária seu desenvolvimento econômico. Assim, com a mudança no governo chinês em 1978, iniciaram-se reformas graduais em vários setores da economia chinesa – a agricultura, as empresas estatais, a indústria –, a qual passou de um modelo de desenvolvimento fechado e planejado para um modelo que foi paulatinamente se abrindo à economia mundial e promovendo o desenvolvimento econômico e social da nação chinesa. Continuar com este bom desempenho econômico, aliado à manutenção da estabilidade política e à melhoria da condição de vida de sua população, passou a ser o fim último dos governos chineses. Para atingir tal objetivo, observa Jisi (2011) que

China made great efforts to develop friendly and cooperative relations with countries all over the world, regardless of their political or ideological orientation, it reasoned that a nonconfrontational posture would attract foreign investment to China and boost trade. A peaceful international environment, an enhanced position for China in the global arena, and China's steady integration into the existing economic order would also help consolidate the CCP's power at home. But even as economic interest became a major driver of China's behavior on the international scene, traditional security concerns and need to guard against Western political interference remained important.

A China tem reiterado, em diversos momentos, via discursos oficiais, que sua condição atual de potência emergente deve ser entendida como uma nova fase histórica, marcada pela “ascensão pacífica” do país, destinada a beneficiar seu entorno imediato e relações com o exterior.

O estudo da história cultural chinesa nos leva a crer que vigorava (e parte deste sentimento ainda permanece) no país uma idéia sinocêntrica do mundo. Essa se apoiava nas concepções de que o espaço geográfico chinês e suas margens estavam sob o total controle do Imperador. O mundo, considerando sua área geográfica conhecida, poderia ser governado de forma pacífica e harmoniosa. Por fim, e à nosso juízo o mais importante, havia uma percepção que culturalmente nenhuma outra civilização igualar-se-ia à China e seus pressupostos formativos culturais.

Contudo, o contato com o expansionismo comercial europeu afetou decisivamente, e de maneiras distintas, a vida na China. A entrada dos europeus alterou os fluxos comerciais, especialmente aqueles até então controlados ou vigentes entre a China e seus vizinhos. A criação de novos vínculos de dominação, agora ditados pelas potências européias, afetou a posição chinesa e suas relações políticas e econômicas com seus vizinhos. Novas relações de poder foram criadas, a despeito da China ainda manter sua posição de potência na Ásia. A competição européia pelos mercados e por seus recursos também afetou a China já que sua mão-de-obra farta passou a figurar como componente de custo produtivo relevante para a concorrência via preço nos mercados centrais ou coloniais.

O resultado deste longo processo é que, a partir do século XIX, a expansão colonial européia e o declínio do Império Chinês começaram, portanto, a redesenhar um novo formato de relacionamento distinto do que existira até o momento, entre a China e o Sudeste Asiático. Perderam importância os canais de comunicação em nível de governo, visto que, com a presença dos novos colonizadores, cessaram as relações de vassalagem e o sentido de proteção até então garantido pela China. Ainda, deu-se início um grande fluxo migratório que, nos cem anos seguintes, deu origem a uma mobilização de milhões de chineses em direção ao

Sudeste Asiático, em fuga dos constantes conflitos internos e dificuldades econômicas presentes no país. Esses emigrantes passaram a constituir poderosos laços afetivos com a China, além de instituírem sólido intercâmbio comercial e remessa de recursos financeiros a familiares em seu país de origem. Percebe-se aqui que o efeito não é puramente econômico, mas, sobretudo, cultural e social, influenciando a realidade cultural chinesa e sua percepção de cultura dominante.

Este cenário de influências e dominações será sacudido pelo movimento de expansão japonês, tendo como período representativo a década de 1940. Novamente a China sofrerá influências de outras nações e será atormentada por novos conflitos que a colocam em uma posição constrangedora e, que novamente, afetaria sua economia, política e cultura.

Frente a este cenário sumariamente descrito, a China vê-se na situação de debater internamente e, posteriormente, externar ao mundo, uma nova posição no que diz respeito a sua soberania e sua segurança, considerando seu projeto de desenvolvimento e seu processo de inserção internacional autônomo.

O ponto que norteia esta discussão e este trabalho é que devido às influências e, conseqüentemente, aos problemas causados pelas invasões, dominações e contato com os estrangeiros na China – afetando sua economia, sua política e sua cultura –, uma nova determinação postural deveria ser colocada em prática pela China com o intuito de resguardar seu processo de desenvolvimento a partir da entrada de Mao Tsé-tung, mas com maior ênfase, com a chegada da década de 80 e a política vanguardista implementada por Deng Xiaoping.

2. Segurança no Contexto Chinês

A discussão a respeito da segurança sempre esteve presente nos estudos da área de Relações Internacionais. Na verdade, na ciência social quando considerada como um agrupamento de conhecimentos oriundos da política, da sociologia e da antropologia, principalmente, e em suas diversas interfaces com as demais áreas do conhecimento que a perpassam, sempre figurou como assunto relevante a questão da segurança. Muitos autores contribuíram sobremaneira para a construção do tema. Aqui serão ressaltados alguns representantes de uma corrente que compreende a segurança não unicamente como uma questão militar, logo não havendo distinção entre *high e low politics*, mas como uma junção de agendas significativas para o entendimento da segurança como componente do desenvolvimento nacional e do posicionamento das nações na cena internacional.

A contribuição que melhor encaixa-se no argumento construído ao longo deste trabalho tem origem em Buzan, Wæver e Wilde (1998). Estes questionam a vertente

“tradicionalista que foca exclusivamente nas questões militares e na figura do ator estatal. “Argumentamos contra a visão de que o *core* dos estudos de segurança são a guerra e a força e que outros assuntos são relevantes apenas se relacionados com a guerra e a força” (Buzan, Wæver e Wilde, 1998:04). Buzan, Wæver e Wilde (1998) destacam que segurança versa sobre sobrevivência, ou seja, é quando um assunto é apresentado como sofrendo uma ameaça existencial para um designado objeto de referência e necessita de uma ação emergencial para conter essa ameaça. Essa ameaça pode ter como fonte um fato psicológico ou real. Os autores rejeitam a argumentação de que problemas de segurança estão restritos a um ou dois setores, a saber: o militar e o político.

Para os autores, a segurança deve ser vista de modo mais abrangente, incorporando, portanto, temáticas que não aquelas restritas à gama da tradicional agenda de *High Politics* do Estado. Na verdade, diversos fatos considerados como *Low Politics* deveriam integrar uma agenda internacional mais abrangente devido a sua interdependência para serem sanados. A miopia observada na visão tradicional (*narrow*) distingue-se da amplitude da visão proposta pelos autores (*wide*). Na visão ampliada, a segurança é vista como um fenômeno complexo e multifacetado que não se limita a soluções prontas e idênticas para cada ocorrência. Cada situação merece uma avaliação e uma resposta diferenciada considerando o grau de securitização¹ que ela alcança.

Este tipo de argumentação desprovido do interesse em segmentar a discussão de segurança dos objetivos de desenvolvimento de uma nação serve inteiramente aos propósitos deste trabalho. É argumento essencial deste trabalho que a China tem clareza dos seus objetivos de desenvolvimento e das políticas a serem praticadas para atingir tal objetivo. A questão da segurança, em cenário internacional, faz parte deste planejamento, sem excluir outros objetivos.

Não é objetivo avaliar toda a obra de Buzan, Wæver e Wilde (1998). Para os fins deste trabalho, fica o entendimento de que a questão de segurança ultrapassa a avaliação única e exclusivamente militar, sendo assim identificada por uma profunda interdependência em seu sentido mais amplo. Merece, da mesma forma, ser ressaltado que a separação de uma agenda de *High Politics* de uma secundária de *Low Politics* não faz sentido, especialmente para o caso aqui estudado.

¹ Securitização é um processo onde determinado assunto migra da agenda de *Low Politics* para a temática de segurança na agenda de *High Politics*. Se houvesse uma transposição somente de um tema da agenda de *Low* para a agenda de *High Politics* este processo seria denominado de politização. Securitização normalmente envolve uma mudança de discurso, ou seja, determinados atores que se interessam por certa situação propiciam um discurso favorável ao aumento da importância de um tema na agenda e esse tema entra na gama dos assuntos de segurança. Essa situação passa a ser identificada como um tema de segurança.

De acordo com Gill (2007), o conceito atual de segurança da China tem suas raízes nas concepções do antigo líder chinês Deng Xiaoping, de 1982, o qual dizia que o mundo tenderia não ao conflito e à guerra, assim como pregava Mao, mas ao progresso e à paz. Dessa forma, a China poderia contar com um ambiente internacional pacífico no qual não teria que se preocupar primordialmente com questões militares e poderia focar em seu desenvolvimento interno. Contudo, o autor argumenta que esta visão sofreu alterações com novos desafios, diplomáticos e domésticos, enfrentados pelo país entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 e com o consequente final da guerra fria.

Neste contexto, na década de 1990, houve uma reformulação nas concepções chinesas de ordem mundial – que passaram a expressar a necessidade de redemocratização do sistema internacional para a construção de uma ordem internacional mais justa e racional tanto política quanto economicamente – e de seu papel no sistema – para agora buscar agir como um “*responsible great power*” (GILL, 2007: 04).

Para Gill (2007), estas formulações influenciaram a criação de um novo conceito de segurança chinês que visa maior participação no cenário internacional e regional. Este conceito pode ser observado em diversas publicações oficiais chinesas (*White Papers*), da década de 1990 e 2000, sobre sua política de defesa nacional e também em declarações de oficiais do governo chinês. O *China's National Defense* de 1998 deixa claro quais são as bases deste conceito,

Security should be based on mutual trust and common interests. We should promote trust through dialogue, seek security through cooperation, respect each other's sovereignty, solve disputes through peaceful means and strive for common development. To obtain lasting peace, it is imperative to abandon the cold war mentality, cultivate a new concept of security and seek a new way to safeguard peace (CHINA,1998).

De acordo com Gill (2007), este novo conceito seria também baseado nos *Five Principles of Peaceful Coexistence (FPCC)*, que remontam à Conferência de Bandung, em 1955. Estes princípios também são citados no *China's National Defense* de 1998,

The relations among nations should be established on the basis of the Five Principles of Peaceful Coexistence: mutual respect for territorial integrity and sovereignty, mutual non-aggression, non-interference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit, and peaceful coexistence. These are the political basis and premise of global and regional security. (CHINA,1998).

Além disso, este documento também expressa qual é o papel do Estado chinês nesta nova ordem mundial ao apontar que a China é um “*responsible big country*” e que o Estado chinês atua como uma força firme na salvaguarda da paz e da estabilidade mundial.

Para Medeiros e Fravel (2003), esta nova mentalidade chinesa indica que houve a superação da posição de Estado em desenvolvimento vitimizado que a China manteve durante os governos de Mao e Xiaoping. Stephen G. Haw (2008: 190) argumenta que desde a Guerra do Ópio, em 1839, a China passou por um duro período de humilhação e adaptação ao mundo ocidental. Segundo o autor, a guerra apresentou aos chineses um mundo novo que eles não haviam se dado conta que existia mesmo após 300 anos de contato direto com comerciantes ocidentais. Deste incidente em diante, a China permaneceria sob a influência do ocidente, atravessada por conturbações internas e sofrendo com ataques externos.

Segundo Medeiros e Fravel (2003:23), a nova diplomacia da China passou a ver o país como "*an emerging great power with varied interests and responsibilities*", o que poderia ser evidenciado na expansão do número e na maior profundidade dos acordos e relacionamentos bilaterais que a China tem promovido em áreas de comércio e segurança, na sua maior participação em organizações multilaterais e no seu maior envolvimento no Conselho de Segurança da ONU e em questões de segurança em geral, tanto regionais quanto globais. Segundo Medeiros e Fravel, este movimento da diplomacia chinesa demonstra flexibilidade e sofisticação.

The changes represent an attempt by China's recent leaders to break out of their post-Tiananmen isolation, rebuild their image, protect and promote Chinese economic interests, and enhance their security; they also demonstrate an attempt to hedge against American influence around the world (MEDEIROS & FRAVEL, 2000:24).

Já para Gill (2007), a expansão do alcance das alianças político-estratégicas chinesas em assuntos de segurança, na região da Ásia e globalmente, deu efeito prático ao novo paradigma de segurança chinês. Segundo ele, a abordagem chinesa tem sido motivada por três objetivos que são primordiais na nova diplomacia de segurança: "*defuse tensions in its external security environment to better focus on domestic challenges, reassure neighbors about China's rise, and cautiously balance the power of the United States to more effectively meet Chinese security interests*" (GILL, 2007:21).

De acordo com o *China's National Defense* de 1998, o novo conceito de segurança chinês é impulsionado pelo desejo de modernização e desenvolvimento econômico da China. Segundo o documento oficial,

guided by its aspiration for peace and development, China unswervingly pursues a national defense policy that is defensive in nature, keeps national defense construction in a position subordinate to and in the service of the nation's economic construction, strengthens international and regional security cooperation and actively participates in the international arms control and disarmament process (CHINA, 1998).

Dessa maneira, pode-se entender que a noção de segurança chinesa ultrapassa a visão tradicional de segurança e engloba a aspiração pelo desenvolvimento nacional como o fator principal de sua busca por um ambiente pacífico, tanto globalmente quanto regionalmente. Nesse sentido, o desenvolvimento passa a ser a força motriz para a reflexão da formulação e condução da defesa nacional chinesa. A visão chinesa de ordem mundial novamente entra em questão ao denunciar o desenvolvimento econômico desigual do globo e que o hiato entre norte e sul.

Além, ainda seguindo a contribuição de Buzan, Wæver e Wilde (1998) sobre a complexificação dos assuntos que são caros à segurança nacional, o *China's National Defense* de 2006 apresenta que a comunidade internacional enfrenta ameaças de segurança cada vez mais complexas, abrangentes e diversas nas quais “*political, economic and security problems and geographical, ethnic and religious contradictions are interconnected and complex*” (CHINA, 2006). Vários elementos “não-tradicionais” foram securitizados por apresentarem ameaças ao desenvolvimento chinês, como pode ser visto também neste documento oficial,

security issues related to energy, resources, finance, information and international shipping routes are mounting. International terrorist forces remain active, shocking terrorist acts keep occurring. Natural disasters, serious communicable diseases, environmental degradation, international crime and other transnational problems are becoming more damaging in nature (CHINA, 2006).

Assim, entende-se que as questões de segurança relevantes no contexto chinês estão diretamente relacionadas com as possíveis ameaças ao seu projeto de desenvolvimento nacional. Este é resguardado não somente através de políticas de segurança internas, como também por estratégias de política exterior, como pode ser visto nas declarações oficiais do governo chinês.

3. Soberania no Contexto Chinês

Segundo Sarooshi (2005) o conceito de soberania é semelhante ao conceito de Deus, todos cotidianamente referem-se a ela, mas poucos (ou nenhum no original) demonstram conhecer a fundo e claramente o que este conceito realmente significa². Segundo Lalande (1999) soberania corresponde ao poder soberano por direito ou poder político originário do qual procedem todos os outros, no qual eles encontram a sua legítima fonte. Ainda conforme

² Demarcação legal da ação do Estado: “*Legal system which reflected the sovereignty of the state in their jurisdictional arrangement – refusing the subjection of the State to ordinary legal process, with or without the development of an alternative administrative jurisdiction- rather quickly perceived both the need for a legal test of state action, and the inability of the notion of sovereignty to provide one*” (TNPDEL, 2002).

Lalande (1999), do ponto de vista das relações entre Estados, o significado de soberania passa pela independência absoluta, pelo direito de um Estado em relação a qualquer outro Estado, ou qualquer outra autoridade superior, ou seja, uma fonte de poder absoluto.

O desafio de definir soberania com clareza sempre esteve presente, seja nas ciências políticas seja nas relações internacionais. Este desafio tornou-se mais complexo a partir do desfecho da II Guerra Mundial e, particularmente, nos dias atuais com as constantes modificações nas relações de força e poder do mundo político contemporâneo. Esta complexidade deve-se, segundo Wenhua (2008), à proliferação de tratados e organizações internacionais, cada qual com seu conjunto de normas e regras que acabam por se constituir em limites e desafios à soberania do Estado. O Estado, particularmente é o ator mais desafiado nos dias atuais. Os movimentos militantes dos direitos humanos, favoráveis à integração regional e às atividades humanitárias, os reguladores das relações comerciais, dos fluxos de investimentos estrangeiros, fluxos de capitais de curto prazo e a ação das mais diversas instituições, todos estes frutos da globalização econômica, desafiam as leis estabelecidas pelos Estados e sua jurisdição.

Revisando a literatura sobre o Direito Internacional e as Relações Internacionais, fica visível que o conceito de soberania é conhecido, mas não pode ser dado como uma unanimidade. Apesar deste ser necessário na regulamentação das ações dos Estados, à medida em que a desigualdade entre os países que compõem o sistema internacional aumentam e com as constantes modificações de cenário, soberania tornou-se um conceito que ainda irá merecer espaço nos grandes debates.

Para o caso da China, o conceito moderno de soberania, assim como vários outros, tem origem na cultura ocidental. Já sua relevância para o estudo aqui empreendido, Wenhua (2008) tem uma colocação que é corroborada no presente tópico.

The Chinese concept of sovereignty is particularly interesting, not only because it differs significantly from that of other major states, but also because it has significant bearings on the future international behavior of China, which is poised to play a major leading role on the world stage. (WENHUA, 2008: 51).

Como resultado de vários períodos de intervenção ocidental nas suas relações internacionais e no seu centro decisório de política interna, a China apresenta-se como uma forte defensora da ideia de soberania. Esse posicionamento, comumente chamado de *Chinese characteristics*, está apoiado em três posições. A primeira, denominada de *sovereignty-bound thinking*, estabelece que em assuntos e anúncios diplomáticos o governo Chinês costuma lembrar constantemente ao resto da comunidade internacional que existe uma concepção de problemas

existentes na agenda pelos pensadores e formuladores de política chinesa e que estes devem ser expostos, independentemente da concepção do restante do mundo.

A segunda característica distintiva da concepção chinesa de soberania está relacionada ao princípio da inviolabilidade da soberania do Estado. O Estado Chinês, em um documento publicado em 1960, informava que:

In the course of cooperation and struggle in international relations, sovereignty is a question of paramount importance. Therefore, peoples of various countries handling high the banner of 'inviolability of sovereignty' and the oppressed nations of the world in the past and at present, have launched stubborn struggles against imperialism in defense of their country's sovereignty [...] (WENHUA, 2008: 58).

E por fim, sua terceira característica distintiva, conforme Wenhua (2008), reside na ênfase atribuída à reciprocidade e mutualidade. Estas características são notórias no documento que dissemina a todos os interessados os *Five Principles of Peaceful Co-Existence (FPPC)*. Considerando estas três características da soberania para o Estado Chinês, observa-se que a China atualmente é uma ferrenha defensora de um formato de soberania no qual é preservado o direito máximo e legítimo do Estado de estabelecer suas leis e de posicionar-se frente aos desafios e ocorrências do cenário internacional sempre em constante mutação.

A China, quando se posiciona no cenário internacional, deixa claro a todos a sua dura oposição a qualquer interferência em suas relações e legislações domésticas, incluindo aquelas relacionadas a assuntos humanitários. Na 46ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, quando Boutros Boutros Ghali rejeitou o conceito de soberania estabelecido em *Westphalia* (ou seja, o conceito de soberania absoluta), retratando o conceito como mais complexo frente as diversas questões presentes na agenda internacional atual, o Ministro das Relações Exteriores da China, Qian Qichen, fez o seguinte pronunciamento no parlamento:

The turbulent and complex international situation has further awakened all countries and people of the world to the demand for the establishment of a new international order, making it more urgent and stronger. ... A new international order should be established on the basis of mutual respect for the sovereignty and territorial integrity, mutual non-aggression, non-interference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit, and peaceful coexistence. ... Only when all states promise to implement these principles will it be likely to establish genuine democracy in international relations. (QICHEN, 1991).

Em 2004, em uma celebração do FPPC em Pequim, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao declarou que:

Sovereignty is the birthmark of any independent state, the crystallization of its national interests and the best safeguard of all it holds dear. The increasing interaction and interdependence among countries, thanks to

surging economic globalization and technological revolution, does not mean that the status and role of sovereignty can in any way be neglected or weakened. ... No country has the right to impose its will on others, nor can it undermine or deny other countries sovereignty under whatever excuse. Facts have proven that such practice as disregarding other's sovereignty, bullying the small and the weak by dint of one's size and power, and pursuing hegemony and power politics would not get anywhere ... China will firmly safeguard its sovereignty and territorial integrity, tolerating no one to interfere in its internal affairs. All the same, it will respect the sovereignty and territorial integrity of others (JIABAO, 2004)³.

O somatório das declarações acima permite que se estabeleça um padrão de comportamento do Estado Chinês no que diz respeito a seus assuntos internos e a sua definição própria de soberania. A China conduz, e assim permanecerá fazendo, seus assuntos internos e, conseqüentemente, suas decisões externas considerando seu conceito de soberania, de segurança e focada em seus objetivos de desenvolvimento. É também perceptível que a China aderiu de maneira direta e incisiva às doutrinas de inviolabilidade da soberania e de *sovereignty-bound thinking*, e esta adesão atinge a todas as áreas constituintes da sociedade chinesa.

4. A Ascensão Pacífica da China

Seguindo uma vertente mais realista, Charles Glaser (2011)ⁱⁱⁱ questiona-se a respeito da ascensão da China e se esse movimento poderia levar a um conflito. A construção de seu argumento parte do pressuposto de que as qualidades únicas da China, associadas a sua trajetória econômica e ao seu histórico de comportamento nas relações internacionais, especialmente regionais, perdem importância a partir do momento que o país passa a agir como uma superpotência – *“because how a country acts as a superpower and whether its actions and those of others will end in battle are shaped as much by general patterns of international politics as by idiosyncratic factors” (GLASER, 2011)*. Segundo Glaser (2011) o debate sobre a atuação da China nas relações internacionais vem sem polarizado entre liberais otimistas e realistas pessimistas no qual os primeiros definem que a nova ordem mundial é sustentada por questões econômicas e pelo resultado positivo da abertura das economias, logo, a ascensão da China deve ser considerada pacífica. Já os realistas preocupam-se com a competição entre os países e com o choque de interesses decorrente dessa competição.

A percepção de Glaser (2011) é que o realismo pode não ser totalmente pessimista e pode conter em seus próprios princípios explicações para reduzir a “tendência natural” a um conflito entre potências pela denominação de *superpower*. Sua construção teórica passa pela

análise do Dilema de Segurança⁴, mas também leva em consideração a situação do cenário internacional atual, onde vários países estão mais preocupados em sair de uma posição incômoda pós-crise, inclusive os EUA, e estão mais flexíveis em algumas situações da agenda internacional costumeira ou situações emergenciais. Sua conclusão é que, a despeito de sempre existir o risco de um conflito e o crescimento chinês trazer riscos para os EUA, os interesses chineses não são compatíveis com conflitos. A primeira tarefa da China, que já é considerada complexa, é posicionar-se como potência regional legitimada e reconhecida por todos, o que já é demasiado complicado devido a suas relações passadas com o Japão – entre outras pequenas questões que ainda devem ser resolvidas. Glaser (2011) ainda acredita na força de uma comunidade de países que desejam manter em nível elevado o controle e a manutenção da segurança internacional, o que reduz a possibilidade de um conflito pelo título de superpotência.

Já Buzan (2010) tem uma perspectiva totalmente diferenciada, apesar de chegar a conclusões próximas. Para Buzan (2010:5), ascensão pacífica envolve

a two-way process in which the rising power accommodates itself to rules and structures of international society, while at the same time others powers accommodate some changes in those rules and structures by way of adjusting to the new disposition of power and status.

O argumento de Barry Buzan é que nos últimos 30 anos a China implementou reformas e abriu sua economia e que, por estes motivos, está mais próxima da Sociedade Internacional. Contudo, continuar este processo de crescimento e manter sua ascensão pacífica será mais difícil do que tem sido até agora, por diversos motivos. Sua perspectiva teórica é a Escola Inglesa (*English School and International Society*) e pela avaliação da literatura destes teóricos sobre o relacionamento da China com a Sociedade Internacional, Buzan destaca quatro períodos. A despeito de Barry Buzan descrever e avaliar cada um destes períodos, interessa aqui apenas sua percepção sobre o quarto período e como essa percepção influenciará o restante de sua análise a respeito da ascensão pacífica da China.

Ao final da década de 70, a China abandona seu “modelo” revolucionário e adota a abertura, passando a perceber que a economia de mercado é inevitável e que eram necessárias reformas para simultaneamente ascender na sociedade internacional e obter sucesso no seu projeto de desenvolvimento nacional. Segundo Buzan (2010) as rotas traçadas pela sociedade internacional tanto para a economia quanto para a política indicavam mais abertura,

⁴ Sustentado pelo realismo estrutural, Glaser (2011) afirma que “*the concept of the security dilemma is a situation in which one state’s efforts to increase its own security reduce the security of others*”. A intensidade do Dilema de Segurança vai depender, segundo Glaser (2011), dos objetivos e dos esforços para atingir as metas políticas e de poder.

integração e menos colonização. A China decidiu colocar o seu desenvolvimento econômico como prioridade e essa decisão reduziu as tensões nas relações internacionais da China com o mundo. A modernização com características chinesas (denominação presente em Buzan, 2010) teve como mudança central a prioridade pelo projeto de desenvolvimento nacional, colocando os resultados econômicos, mediante a aceitação da economia de mercado, a inserção internacional, a inclusão social como prioridade. Ao fazer isto, a China precisou transformar sua percepção de segurança e soberania.

giving priority to development meant that China needed to transform its security interest from the military-political-territorial ones that dominated earlier decades and stresses struggle and zero-sum conflict, into more cooperative, 'comprehensive security' ones emphasizing the maintenance of stability and participation in the global political economy (BUZAN, 2010: 13).

No que concerne a essa mudança citada por Buzan (2010), sua percepção é que a China logrou sucesso, principalmente pelas mãos de Deng Xiaoping e pós os anos 1980.

Já no que diz respeito a atualidade e sua estratégia de ascensão pacífica, Buzan (2010) ressalta quatro fatores que devem ser considerados em nossa análise sobre a ascensão pacífica chinesa: (i) de um país pobre que seguia o modelo soviético de desenvolvimento para um país de sucesso econômico, a China mudou sua percepção sobre a Sociedade Internacional, principalmente no que concerne a sua posição econômica e política e o mesmo aconteceu com o mundo^{iv}; (ii) durante a crise financeira de 2008, ficou exposta a fragilidade do sistema bancário chinês^v; (iii) problemas ambientais, fazem parte da agenda global e a China ainda não se demonstrou preparada para enfrentá-los com adequação; e (iv) a liderança norte-americana na Sociedade Internacional, apesar de enfraquecida, ainda não chegou no ponto de substituição.

Diante do exposto, Buzan (2010) conclui que além da China ainda não estar preparada para ser líder mundial, também não faz parte do seu discurso sê-lo. Sua busca está mais para uma legitimação da sua liderança regional, que ainda envolve grandes questões como sua relação com o Japão, e pela entrada harmônica no grupo de países desenvolvidos. A China ameaça a estabilidade política e econômica internacional, porém não a ponto de causar uma grande preocupação a respeito de sua ascensão. Preocupa sim as distorções que podem ser criadas com um crescimento de dimensões elevadas e com problemas de base econômica, mas em termos políticos, tudo indica – e os documentos oficiais corroboram – que o objetivo da China é inicialmente resolver seus problemas internos a seu modo.

Assim, Henrique Altemani de Oliveira (2008: 04), coloca que

partindo do princípio de que era (e é) extremamente preocupante para Beijing o perigo de que o rótulo de ameaça pudesse ser um fator que deslegitimasse a China como um ator internacional, facilitando a emergência e imposição de constrangimentos que pudessem comprometer tanto o desenvolvimento econômico quanto estratégias de política externa, em especial no estabelecimento de vínculos políticos com diferentes países e regiões, a China adotou inicialmente a estratégia do conceito de “ascensão pacífica”.

Segundo Oliveira (2008), o que a China procurava era diluir a “teoria da ameaça”. Essa teoria apresenta-se sustentada em duas bases: a segurança e a economia. No que concerne à segurança, Oliveira (2008: 05) “destaca as considerações de uma estratégia armamentista, venda ou transferência irresponsável de armas ou de tecnologias militares e a presença de conflitos históricos e inconcebíveis reivindicações territoriais no seu entorno imediato”. Ainda, esta tese representa a consciência regional e internacional de que a China apresenta um projeto político e está reunindo condições reais de assumir um papel de relevância nos assuntos regionais e internacionais, ou seja, a ponto de ser temida pelos demais atores do cenário internacional. Essa percepção assemelha-se muito à ideia presente no dilema de segurança, onde o crescimento do poder da China deslocaria a balança de poder do sistema internacional criando uma incerteza quanto a participação e manutenção do *status* dos atores globais.

Já na área econômica, as preocupações concentram-se em especial no caráter competitivo da economia chinesa construídas em bases alternativas e diferenciadas dos demais países centrais da economia mundial, aceitando a economia de mercado, porém não o *mainstream* econômico originário das propostas norte-americanas. O temor reside aqui na “dificuldade natural de acomodação e assimilação no processo de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2008:03) econômico da China e suas consequências na distribuição do poder econômico em âmbito mundial.

Para dirimir tal impressão, é construído o argumento da “ascensão pacífica” da China, buscando propiciar aos atores internacionais uma percepção mais “confiável e crível do futuro cooperativo de suas relações externas” (OLIVEIRA, 2008:04). O intuito aqui é passar a todos os atores internacionais a confiança de que a China seria uma exceção à regra histórica de que nações que passam por um processo ascendente em nível internacional tornam-se uma possível tendência à desorganização do sistema, seja militarmente ou economicamente.

Desse ponto em diante, conforme destaca Oliveira (2008), foi oficializado em 2006, no 17º Congresso Partido, a proposta de desenvolvimento harmonioso como uma nova diplomacia a ser seguida pela China.

O Conceito apresenta, em primeiro, a conjunção entre “mundo harmônico” e “sociedade harmônica” na consideração de que as questões domésticas e internacionais devem ser visualizadas como um todo. Em segundo, “mundo harmônico” correlaciona-se com paz e desenvolvimento. Neste sentido, a China respeita as diferentes civilizações, os diferentes modos de produção e persegue ideais de igualdade, respeito, benefício mútuo e harmonia entre as diferenças. E, em terceiro, ainda que aparente ser abstrato, estabelece um roteiro para a prática diplomática, voltada não só à garantia da paz e do desenvolvimento, mas também à cooperação. Como base deste novo posicionamento retórico de oposição à divulgação do fator ameaça e até num sentido defensivo e reativo está, a partir da experiência histórica de humilhações a que esteve submetida no seu passado recente, o fato da China ter apreendido a noção de que pode continuar a ter problemas externos se não se igualar em termos de poder com as potências existentes. Mas aprendeu igualmente o quão importante é a paz e estabilidade a partir das crises que passou com a guerra civil e com a Revolução Cultural. Assim, o desejo de uma China com poder para não ser novamente submetida, mas em conjunto com um profundo interesse por paz dentro e fora do país. Considera-se que o conceito de desenvolvimento harmônico e de nova diplomacia decorre essencialmente do reconhecimento explícito da mudança de status da China e da busca de uma estratégia diplomática de inserção que corresponda exatamente a este novo e recente posicionamento internacional (OLIVEIRA, 2008: 06).

Logo, a China, ao mostrar ao mundo suas intenções e interesses, aceitando uma agenda mais ampla e multilateral apresenta-se não mais como uma ameaça, mas sim como uma postulante à potência. Contudo, este novo *status*, segundo o discurso dominante, não traria desequilíbrios mundiais, especialmente, no âmbito da segurança internacional.

Considerações Finais

O estudo a respeito das perspectivas chinesas sobre soberania e segurança nos mostra que o tratamento chinês para esses conceitos é único devido à construção histórica do país. Ficou claro que a evolução do Estado chinês, entre invasões estrangeiras, revoluções e conturbações internas, levou a China a alterar seu entendimento sobre como lidar com sua segurança interna e também com questões de segurança regionais e internacionais. Não obstante, também a compreensão sobre a soberania do país mudou-se de acordo com a história da China e de sua relação com o mundo exterior.

O que fica evidente, é que após a morte de Mao Tsé-tung e o término da Revolução Cultural, o rápido desenvolvimento econômico e social da China – propiciado pela política de abertura e reforma iniciada por Deng Xiaoping após 1978 – influenciou uma mudança no próprio entendimento chinês sobre o Sistema Internacional e de como a China deveria se posicionar neste novo ambiente. Vê-se que esta mudança é recente e diretamente ligada com o grande crescimento chinês neste novo século, uma vez que a China deixou de se ver como

uma vítima no Sistema Internacional e passou a entender que é um Estado que possui um papel de liderança com responsabilidades na manutenção da paz mundial e regional.

Percebe-se, contudo, que este entendimento está intimamente correlacionado com o projeto de desenvolvimento nacional chinês. Este projeto subordina o modo com que o Estado chinês lida com as questões de segurança e soberania na medida em que o país afirma sua autonomia interna e compreende que deve manter um ambiente interno e externo pacífico para que ele possa continuar com seu crescimento econômico e buscando a melhoria de seus índices sociais.

Nesse contexto, a China busca tranquilizar a comunidade internacional sobre seu sobrepujante desenvolvimento ao anunciar que sua ascensão à condição de potência mundial se dará de maneira pacífica. Este argumento é sustentado pela própria subordinação de seu papel internacional ao seu projeto de desenvolvimento. Ou seja, a China não tem condições (tendo em vista que ainda está se desenvolvendo e tem vários problemas internos a serem resolvidos) e não pretende tomar o lugar da superpotência mundial, os EUA. O seu papel na manutenção da ordem mundial se dá na medida em que a China busca um ambiente interno, regional e mundial propício para seu desenvolvimento, no qual não há espaço para conflitos.

Referências

- BUZAN, Barry, WÆVER, Ole, WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. London: Rienner, 1998.
- BUZAN, Barry. China in International society: is peaceful rise possible? **The Chinese Journal of International Politics**, vol 3, 2010.
- CHINA. **China's National Defense in 2006**. China's Information Office of The State Council. Pequim. 2006. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/194421.htm>> Acesso em: 13 Set. 2010.
- CHINA. **China's National Defense in 1998**. China's Information Office of the State Council. Pequim. 1998. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-white/5/index.htm>>. Acesso em: 13 Set. 2010.
- GILL, Bates. **Rising Star: China's new security diplomacy**. Brookings Institute, 2007.
- HAW, Stephen G. **História da China**. Tradução: Joana Estorninho de Almeida e Rita Graña. Lisboa: Ed. Tinta da China. 2008.
- JIABAO, Wen. Carrying forward the Five Principles of Peaceful Coexistence in the promotion of the peace and development. Speech at a Rally Commemorating the 50th Anniversary of the Five Principles of Peaceful Coexistence. In. **Chinese Journal of International Law**, n.3, p. 363-365, 2004.
- JISI, Wang. China's search for a grand strategy: a rising great power finds its way. **Foreign Affairs**, March/April, 2011.
- LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3^a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MEDEIROS, Evan S. FRAVEL, M. Taylor. China's New Diplomacy. **Foreign Affairs**. Nov./Dez. 2003. p.33-35. Disponível em: <<http://www.ou.edu/uschina/texts/FravelMedeiros2003NewDiplomacy.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2010.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. China: perspectivas e desafios. **III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**. Brasília: FUNAG, 2008.
- SAROOSHI, Dan. **International Organizations and their exercise of Sovereign Powers**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WENHUA, Shan. Redefining the Chinese concept of Sovereignty. In. GUNGWU, Wang., YOUNGIAN, Zheng. **China and the New International Order**. London, Routledge, 2008.